



Número: **0024597-40.2016.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 12ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **29/06/2016**

Valor da causa: **R\$ 10.462,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO (AUTOR)		CAMILLA ALMEIDA LOPES TAVARES (ADVOGADO) DIEGO MEDEIROS PAPARIELLO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (RÉU)		ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18540 163	27/03/2017 11:11	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
18323 638	23/03/2017 11:13	<a href="#">Alvará</a>	Alvará
17637 356	20/02/2017 15:20	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
17632 077	20/02/2017 11:20	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
17631 861	20/02/2017 11:18	<a href="#">Certidão Trânsito em Julgado</a>	Certidão
15964 069	07/12/2016 16:42	<a href="#">Petição</a>	Petição
15964 083	07/12/2016 16:42	<a href="#">2172816 DJM</a>	Outros (Documento)
15964 094	07/12/2016 16:42	<a href="#">2172816 PETICAO JUNTADA HONORARIOS PERICIAIS</a>	Outros (Documento)
15585 683	23/11/2016 11:46	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
15585 682	23/11/2016 11:46	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
15548 088	22/11/2016 16:00	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
15503 731	21/11/2016 10:08	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
15503 758	21/11/2016 10:08	<a href="#">Laudo 0024597-40.2016.8.17.2001</a>	Laudo Pericial
15196 008	07/11/2016 09:02	<a href="#">Aviso de Recebimento</a>	Aviso de recebimento (AR)
15196 009	07/11/2016 09:02	<a href="#">AR int. VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO</a>	Aviso de recebimento (AR)
15055 887	31/10/2016 09:57	<a href="#">Outros (Petição)</a>	Outros (Petição)
14714 151	17/10/2016 12:52	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
14714 150	17/10/2016 12:52	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
14713 708	17/10/2016 12:45	<a href="#">Certidão</a>	Certidão

14562 485	10/10/2016 09:23	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
13759 910	05/09/2016 12:43	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
13133 480	08/08/2016 11:37	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
13012 007	02/08/2016 10:55	<a href="#">Aviso de Recebimento</a>	Aviso de recebimento (AR)
13012 009	02/08/2016 10:55	<a href="#">ar cit int SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A</a>	Aviso de recebimento (AR)
12958 895	29/07/2016 15:27	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
12958 819	29/07/2016 15:26	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
12958 861	29/07/2016 15:26	<a href="#">2172816 CONTESTACAO</a>	Outros (Documento)
12958 862	29/07/2016 15:26	<a href="#">AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO</a>	Outros (Documento)
12958 863	29/07/2016 15:26	<a href="#">LAUDO AVALIACAO MEDICA</a>	Outros (Documento)
12958 868	29/07/2016 15:26	<a href="#">MEMORIA DE CALCULOS</a>	Outros (Documento)
12958 873	29/07/2016 15:26	<a href="#">PARECER 01</a>	Outros (Documento)
12958 875	29/07/2016 15:26	<a href="#">PARECER 02</a>	Outros (Documento)
12956 142	29/07/2016 14:24	<a href="#">Habilitação em processo</a>	Petição (3º Interessado)
12956 161	29/07/2016 14:24	<a href="#">lider 2016</a>	Procuração
12411 419	04/07/2016 11:16	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
12411 418	04/07/2016 11:16	<a href="#">Citação</a>	Citação
12381 968	01/07/2016 09:19	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
12360 482	29/06/2016 14:12	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
12360 492	29/06/2016 14:12	<a href="#">VINICIUS1</a>	Outros (Documento)
12360 495	29/06/2016 14:12	<a href="#">VINICIUS2</a>	Outros (Documento)
12360 496	29/06/2016 14:12	<a href="#">VINICIUS3</a>	Outros (Documento)

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 12ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0024597-40.2016.8.17.2001  
AUTOR: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO  
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

### CERTIDÃO

Certifico, para o

Enviados [327 / 353] **.-LEVANTAMENTO ALVARÁ -**

Diretoria Cível..., 11:07 Marcar como: Não lida Importante

De: "Diretoria Cível - 1 Grau - Perícia" <diretoria.civel.1grau.pericia@tjpe.jus.br>

Para: [cccneto@hotmail.com](mailto:cccneto@hotmail.com)

Data: 27/03/2017 11:07 (02 minutos atrás)

Assunto: **.-LEVANTAMENTO ALVARÁ - HONORARIOS PERITO - 12 A**

Anexos: [ALVARÁ - PERITO - 0024597-40.2016 - VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO.pdf \(1014 KB\)](#)

Ilmo. Sr.

Venho através deste em cumprimento ao despacho ID 17637356, notificá-lo depositados a título de honorários periciais junto ao banco.

DESPACHO: " Expeça-se alvará em favor do perito autorizando-o ao levantamento em vista a entrega do laudo pericial. Notifique-o via e-mail, [cccneto@autos.Recife](mailto:cccneto@autos.Recife), 20 de fevereiro de 2017. Dario Rodrigues Leite de Oliveira Ju

OBSERVAÇÃO: a impressão do alvará deverá ser preferencialmente frente e

Atenciosamente  
Eudália Fonseca  
Diretoria Cível do 1º Grau da Capital  
Matrícula 177645-2

s devidos fins de direito, que encaminhei e-mail para o perito Claudio da Cunha Cavalcanti Neto, notificando-o do valor depositado a título de honorários. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 27 de março de 2017.

**EUDALIA MARIA ALVES FONSECA**  
Diretoria Cível do 1º Grau



AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 12ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0024597-40.2016.8.17.2001  
AUTOR: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO  
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

**ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES - HONORÁRIOS PERITO**

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção A da 12ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

BENEFICIÁRIO:	<b>Claudio da Cunha Cavalcanti Neto, CRM 14043</b>
VALOR AUTORIZADO:	<b>R\$ 200,00 (duzentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.</b>
DADOS BANCÁRIOS:	<b>BANCO DO BRASIL - AGÊNCIA 3234 – CONTA 200115936428 - DATA DO DEPÓSITO 14/11/2016</b>

*Art. 1º da IN 01 de 04/01/2017 que dispõe sobre a expedição de alvarás para levantamento dos depósitos judiciais : "I - a partir da assinatura do contrato 114/2016, deu-se início ao processo de transferência das contas dos depósitos judiciais do Banco do Brasil S/A para a Caixa Econômica Federal; **II - na hipótese do valor a ser levantado ter sido transferido para a Caixa Econômica Federal, fica esta instituição autorizada a proceder ao levantamento da quantia ao beneficiário do alvará, desde que identificada a conta originária no Banco do Brasil.**"*

Tudo conforme **DESPACHO** de **ID 17637356**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado:  
*"Expeça-se alvará em favor do perito autorizando-o ao levantamento do valor depositado a título de honorários tendo em vista a entrega do laudo pericial. Notifique-o via e-mail, cccneto@hotmail.com Em seguida, arquivem-se os autos. Recife, 20 de fevereiro de 2017. Dario Rodrigues Leite de Oliveira Juiz de Direito".*

Eu, EUDALIA MARIA ALVES FONSECA, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé. RECIFE, 20 de março de 2017.

*Danielle Tavares da Mota Fernandes  
Diretoria Cível do 1º Grau  
(Assinado eletronicamente)*

*Dario Rodrigues Leite de Oliveira  
Juiz(a) de Direito  
(Assinado eletronicamente)*

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tje.jus.br](http://www.tje.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [



<https://pje.tje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção A da 12ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810302

Processo nº **0024597-40.2016.8.17.2001**

AUTOR: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

**DESPACHO**

Expeça-se alvará em favor do perito autorizando-o ao levantamento do valor depositado a título de honorários tendo em vista a entrega do laudo pericial. Notifique-o via e-mail, [cccneto@hotmail.com](mailto:cccneto@hotmail.com)

Em seguida, arquivem-se os autos.

Recife, 20 de fevereiro de 2017.

Dario Rodrigues Leite de Oliveira

Juiz de Direito



AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 12ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0024597-40.2016.8.17.2001

AUTOR: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que, em virtude da juntada do comprovante de depósito dos honorários periciais (ID 15964083), faço os autos conclusos. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 20 de fevereiro de 2017.

**JANAINA FERRO DE SOUSA PORFIRIO LIMA**  
Diretoria Cível do 1º Grau



AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 12ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0024597-40.2016.8.17.2001

AUTOR: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

**CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO**

Certifico para os devidos fins de direito que a Sentença prolatada no referido processo transitou em julgado.  
O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 20 de fevereiro de 2017.

**JANAINA FERRO DE SOUSA PORFIRIO LIMA**  
Diretoria Cível do 1º Grau





## PETIÇÃO DE JUNTADA DOS HONORÁRIOS PERICIAIS





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		14/11/2016	3234	200115936428
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
14/11/2016	2172816	00245974020168172001	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
RECIFE	12 VARA CIVEL	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídico	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO		Física	08989048460	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
1B1FABC9D96A44CE				



## **JOÃO BARBOSA Advogados Associados**

*João Barbosa*

*João Martins*

*Alice Barbosa*

*Rafaella Barbosa*

*Joselaine Maura*

*Fernando Barbosa*

*Carlos Eduardo*

*Isabel Chagas*

*Noemia Teixeira*

*Roberto Costa*

*Rodrigo Almeida*

*Taísia Silva*

*Tiago Leão*

*Adriana Moura*

*Alecsandro Freitas*

*André Silva*

*André de Souza*

*Cristiane Silva*

*Gabrielle Serrano*

*Gilson Erves*

*Juliana Cruz*

*Lohan Mota*

*Patricia Bonfim*

*Walter Araújo*

**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE**

**Processo n. 00245974020168172001**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada da inclusa guia com fito de pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo.

Termo em que,  
Pede Juntada.

RECIFE, 5 de dezembro de 2016.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PE 4246

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
OAB/PE 30225





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**Diretoria Cível do 1º Grau da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 12ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0024597-40.2016.8.17.2001

AUTOR: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

Advogados do(a) AUTOR: CAMILLA ALMEIDA LOPES TAVARES - PE32262, DIEGO MEDEIROS PAPARIELLO - PE29143

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Advogado do(a) RÉU: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - PE30225

#### **INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - AUTOR**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 12ª Vara Cível da Capital, fica V. Sa. intimada do inteiro teor da Sentença de ID 15548088, conforme segue transcrito abaixo:

*"Vistos etc. VINÍCIUS ALBUQUERQUE MARCELINO, devidamente qualificado e através de advogados legalmente habilitados, ajuizou a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DO SEGURO DPVAT em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, igualmente qualificada. Narrou o autor que no dia 08/04/2011 foi vítima de acidente de trânsito do qual resultou uma série de lesões graves, ensejando debilidade permanente no membro superior direito e fratura no fêmur direito. Asseverou que apesar de ter recebido, na via administrativa, o montante de R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos), ainda faz jus ao complemento do seguro, cuja integralidade atinge o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Juntou procuração e documentos. Vindicou A.J.G. A Ré ofereceu contestação (Id 12958861), pugnando, no mérito, pela improcedência dos pleitos autorais desta demanda, haja vista o pagamento do seguro no âmbito administrativo. Por fim, pugnou, em caso de condenação, pela aplicação dos juros e correção monetária desde a citação e ajuizamento da ação respectivamente. O autor foi submetido a perícia médica cujo laudo se encontra no Id 15503758. É o relatório. Decido. A matéria controversa nos autos é exclusivamente de direito e, portanto, comporta julgamento antecipado, conforme preceitua o art. 355, I, do novo Código de Processo Civil. No caso em questão, controverte-se sobre o quantum indenizatório cabível em decorrência das lesões sofridas pelo demandante, vítima de acidente de trânsito. Ao analisar o laudo médico de Id 15503758, verifico que o perito informa que não há sequelas indenizáveis, mas apenas disfunções temporárias. Desta forma, em conformidade com a tabela da Lei nº 11.945/2009, o suplicante não faz jus a qualquer indenização. Considerando que, administrativamente, a seguradora ré pagou ao suplicante R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme restou incontroverso, não há valor a ser pago a título de indenização securitária. Com a edição da Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça, restou despicinda qualquer discussão a respeito da desnecessidade de graduação do percentual de invalidez para pagamento das indenizações decorrentes do seguro obrigatório DPVAT. Posto isto, nos termos da Lei 6.194/74, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.482/2007 e nº 11.945/09, 487, I, do CPC, julgo improcedente a pretensão Autoral. Atribuo, ainda, ao Sucumbente a obrigação de arcar com honorários advocatícios que arbitro em quinze por cento do valor da causa. Suspendo a exigibilidade de seu pagamento, nos termos do que prevê o art. 12 da Lei 1.060/50. Sem custas. P.R.I. Observadas as cautelas legais. Certificado o trânsito em julgado, archive-se Recife, 22 de novembro de 2016. Dario Rodrigues Leite de Oliveira Juiz de Direito"*

RECIFE, 23 de novembro de 2016.



EUDALIA MARIA ALVES FONSECA  
Diretoria Cível do 1º Grau





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**Diretoria Cível do 1º Grau da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 12ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0024597-40.2016.8.17.2001

AUTOR: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

Advogados do(a) AUTOR: CAMILLA ALMEIDA LOPES TAVARES - PE32262, DIEGO MEDEIROS PAPARIELLO - PE29143

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Advogado do(a) RÉU: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - PE30225

#### **INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - RÉU**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 12ª Vara Cível da Capital, fica V. Sa. intimada do inteiro teor da Sentença de ID 15548088, conforme segue transcrito abaixo:

*"Vistos etc. VINÍCIUS ALBUQUERQUE MARCELINO, devidamente qualificado e através de advogados legalmente habilitados, ajuizou a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DO SEGURO DPVAT em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, igualmente qualificada. Narrou o autor que no dia 08/04/2011 foi vítima de acidente de trânsito do qual resultou uma série de lesões graves, ensejando debilidade permanente no membro superior direito e fratura no fêmur direito. Asseverou que apesar de ter recebido, na via administrativa, o montante de R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos), ainda faz jus ao complemento do seguro, cuja integralidade atinge o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Juntou procuração e documentos. Vindicou A.J.G. A Ré ofereceu contestação (Id 12958861), pugnando, no mérito, pela improcedência dos pleitos autorais desta demanda, haja vista o pagamento do seguro no âmbito administrativo. Por fim, pugnou, em caso de condenação, pela aplicação dos juros e correção monetária desde a citação e ajuizamento da ação respectivamente. O autor foi submetido a perícia médica cujo laudo se encontra no Id 15503758. É o relatório. Decido. A matéria controversa nos autos é exclusivamente de direito e, portanto, comporta julgamento antecipado, conforme preceitua o art. 355, I, do novo Código de Processo Civil. No caso em questão, controverte-se sobre o quantum indenizatório cabível em decorrência das lesões sofridas pelo demandante, vítima de acidente de trânsito. Ao analisar o laudo médico de Id 15503758, verifico que o perito informa que não há sequelas indenizáveis, mas apenas disfunções temporárias. Desta forma, em conformidade com a tabela da Lei nº 11.945/2009, o suplicante não faz jus a qualquer indenização. Considerando que, administrativamente, a seguradora ré pagou ao suplicante R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme restou incontroverso, não há valor a ser pago a título de indenização securitária. Com a edição da Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça, restou despicinda qualquer discussão a respeito da desnecessidade de graduação do percentual de invalidez para pagamento das indenizações decorrentes do seguro obrigatório DPVAT. Posto isto, nos termos da Lei 6.194/74, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.482/2007 e nº 11.945/09, 487, I, do CPC, julgo improcedente a pretensão Autoral. Atribuo, ainda, ao Sucumbente a obrigação de arcar com honorários advocatícios que arbitro em quinze por cento do valor da causa. Suspendo a exigibilidade de seu pagamento, nos termos do que prevê o art. 12 da Lei 1.060/50. Sem custas. P.R.I. Observadas as cautelas legais. Certificado o trânsito em julgado, archive-se Recife, 22 de novembro de 2016. Dario Rodrigues Leite de Oliveira Juiz de Direito"*

RECIFE, 23 de novembro de 2016.



EUDALIA MARIA ALVES FONSECA  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção A da 12ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810302

Processo nº **0024597-40.2016.8.17.2001**

AUTOR: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

### SENTENÇA

Vistos etc.

**VINÍCIUS ALBUQUERQUE MARCELINO**, devidamente qualificado e através de advogados legalmente habilitados, ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DO SEGURO DPVAT** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, igualmente qualificada.

Narrou o autor que no dia 08/04/2011 foi vítima de acidente de trânsito do qual resultou uma série de lesões graves, ensejando debilidade permanente no membro superior direito e fratura no fêmur direito. Asseverou que apesar de ter recebido, na via administrativa, o montante de R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos), ainda faz jus ao complemento do seguro, cuja integralidade atinge o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Juntou procuração e documentos. Vindicou A.J.G.

A Ré ofereceu contestação (Id 12958861), pugnando, no mérito, pela improcedência dos pleitos autorais desta demanda, haja vista o pagamento do seguro no âmbito administrativo. Por fim, pugnou, em caso de condenação, pela aplicação dos juros e correção monetária desde a citação e ajuizamento da ação respectivamente.

O autor foi submetido a perícia médica cujo laudo se encontra no Id 15503758.

É o relatório. Decido.

A matéria controversa nos autos é exclusivamente de direito e, portanto, comporta julgamento antecipado, conforme preceitua o art. 355, I, do novo Código de Processo Civil.

No caso em questão, controverte-se sobre o quantum indenizatório cabível em decorrência das lesões sofridas pelo demandante, vítima de acidente de trânsito.

Ao analisar o laudo médico de Id 15503758, verifico que o perito informa que não há sequelas indenizáveis, mas apenas disfunções temporárias.

Desta forma, em conformidade com a tabela da Lei nº 11.945/2009, o suplicante não faz jus a qualquer indenização. Considerando que, administrativamente, a seguradora ré pagou ao suplicante R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme restou incontroverso, não há valor a ser pago a título de indenização securitária.

Com a edição da Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça, restou despicienda qualquer discussão a respeito da desnecessidade de graduação do percentual de invalidez para pagamento das indenizações decorrentes do seguro obrigatório DPVAT.

Posto isto, nos termos da Lei 6.194/74, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.482/2007 e nº 11.945/09, 487, I, do CPC, julgo improcedente a pretensão Autoral.





Atribuo, ainda, ao Sucumbente a obrigação de arcar com honorários advocatícios que arbitro em quinze por cento do valor da causa. Suspendo a exigibilidade de seu pagamento, nos termos do que prevê o art. 12 da Lei 1.060/50. Sem custas.

P.R.I. Observadas as cautelas legais.

Certificado o trânsito em julgado, archive-se

Recife, 22 de novembro de 2016.

**Dario Rodrigues Leite de Oliveira**

**Juiz de Direito**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**Diretoria Cível do 1º Grau da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 12ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0024597-40.2016.8.17.2001

AUTOR: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

Advogados do(a) AUTOR: CAMILLA ALMEIDA LOPES TAVARES - PE32262, DIEGO MEDEIROS PAPARIELLO -  
PE29143

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Advogado do(a) RÉU: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - PE30225

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que junto aos autos laudo médico do perito, CLAUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO, CRM-PE 14043, diante disso, faço conclusos os presentes autos. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 21 de novembro de 2016.

EUDALIA MARIA ALVES FONSECA

Diretoria Cível do 1º Grau



## Laudo médico pericial

Informações do periciando:

Nome completo: **Vinicius Albuquerque Marcelino**

RG: 7.929.299 SDS/PE

CPF: 089.890.484-60

Processo: **0024597-40.2016.8.17.2001**

Telefone: 98408-2428

Informações do acidente:

Local: Em frente a Vitarella, Bairro de Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE.

Data do Acidente: 06/04/11

### Avaliação Médica

**I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?**

☒ Sim    ☐ Não    ☐ Prejudicado

*Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.*

**II) Descrever o quadro clínico atual informando:**

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s);

**R. MEMBRO SUPERIOR DIREITO E MEMBRO INFERIOR DIREITO.**

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

**R. CONTUSÃO EM BRAÇO DIREITO E COXA DIREITA.**



**III)** Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

R.

**IV)** Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☒ disfunções apenas temporárias

b) ☐ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

Considerações periciais:

**O PERICIANDO TEVE APENAS DANOS TEMPORÁRIOS RELACIONADOS AO ACIDENTE (CONTUSÃO EM BRAÇO E EM COXA), SEM DEIXAR SEQUELAS.**

Quesitos do Réu:

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

**R. NÃO HÁ INVALIDEZ PERMANENTE.**

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

**R. NÃO HÁ INVALIDEZ PERMANENTE.**



3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

**R. NÃO HÁ INCAPACIDADE.**

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

**R. NÃO HÁ TRATAMENTO PARA SER REALIZADO.**

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

**R. NÃO HÁ SEQUELAS RELEVANTES.**

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

**R. NÃO HÁ SEQUELAS**

7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**R. NÃO HÁ SEQUELAS.**

Recife, 7 de novembro de 2016



Claudio da Cunha Cavalcanti Neto  
Perito médico Judicial  
Ortopedista e traumatologista



CRM 14043





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**Diretoria Cível do 1º Grau da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 12ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0024597-40.2016.8.17.2001

AUTOR: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

Advogados do(a) AUTOR: CAMILLA ALMEIDA LOPES TAVARES - PE32262, DIEGO MEDEIROS PAPARIELLO -  
PE29143

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Advogado do(a) RÉU: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - PE30225

**CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO**

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a intimação de VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO . O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 7 de novembro de 2016

MARIA CAROLINA COSTA IMMISCH  
Diretoria Cível do 1º Grau



PREENCHER COM LETRA DE FORMA **AR**

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE	
<p>NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO</p> <p>Nome: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO</p> <p>Endereço: Rua Marques Rabelo, nº 24, Ibura – Recife - PE</p>	<p>DESTINATAIRE</p>
<p>0024597-40.2016.8.17.2001 ID 14714151 4</p> <p>INTIMAÇÃO Seção A da 12ª Vara Cível da Capital</p>	<p>UF PAIS / PAYS</p>
<p>DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION</p>	<p>NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI</p> <p><input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE</p> <p><input type="checkbox"/> EMS</p> <p><input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ</p>
<p>ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR</p> <p><i>Maria S.</i></p> <p>NOME LÍSEVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR</p> <p><i>MARIA S.</i></p>	<p>DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION</p> <p><i>24/10/16</i></p>
<p>Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR</p> <p><i>8504572-1</i></p>	<p>CAIXA DE ENTREGA / BUREAU DE DELIVRANCE</p> <p><b>CDU - CAVALEIRO</b></p> <p><b>24 OUT 2016</b></p> <p><b>DR - PE</b></p>
<p>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO</p>	

FC0463 / 16 114 x 186 mm





**Correios** Brasil

**AVISO DE RECEBIMENTO** **AR**

AVISO Nº 70 431 145 712

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT: 20 OUT 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT: RECIFE-PE

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE: DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL  
FORUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO- 1º ANDAR  
AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº-

CIDADE / LOCALITÉ: TIHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE- CEP: 50080900 UF: BRASIL BRÉSIL

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR



CIENTE DA PERÍCIA.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Diretoria Cível do 1º Grau da Capital**  
AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 12ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0024597-40.2016.8.17.2001  
AUTOR: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO  
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Recife (PE), 17 de outubro de 2016.

**CARTA DE INTIMAÇÃO - PERICIA**

**Destinatário(s):**

**Nome:** VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

**Endereço:** Rua Marques Rabelo, nº 24, Ibura – Recife - PE

Através da presente, fica V. Sa. **INTIMADO(A)** do teor do(a) **DESPACHO ID 14562485**, proferido(a) na ação em epígrafe que tramita perante o Juízo acima indicado, cuja cópia segue em anexo como parte(s) integrante(s) deste.

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio da parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico:

<https://pje.tje.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tje.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

**EUDÁLIA MARIA ALVES FONSECA**

**Diretoria Cível do 1º Grau**

**Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara**

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tje.jus.br](http://www.tje.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**Diretoria Cível do 1º Grau da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 12ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0024597-40.2016.8.17.2001

AUTOR: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

Advogados do(a) AUTOR: CAMILLA ALMEIDA LOPES TAVARES - PE32262, DIEGO MEDEIROS PAPARIELLO - PE29143

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Advogado do(a) RÉU: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - PE30225

#### **INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 12ª Vara Cível da Capital, fica V. Sa. intimada do inteiro teor do Despacho de ID 14562485, conforme segue transcrito abaixo:

*"Por ser imprescindível para o processamento e julgamento da lide, determino a realização de perícia técnica para esclarecer o grau de debilidade/incapacidade alegada pela parte autora como existente e que lhe confira direito ao pagamento da indenização pleiteada, pelo que se faz necessária a realização de perícia médica. Nomeio, para realização de perícia médica, o especialista Dr. CLÁUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO, CRM 14043. Fixo em 15 (quinze) dias, a partir da data designada para realização da perícia, o prazo para conclusão do laudo. A parte autora deverá comparecer ao seguinte endereço para realização da perícia: Rua do Chacon, nº 274, sala 209. Poço da Panela, Recife, CEP 52061-400. Ficando designada a seguinte data: 07 de novembro de 2016, às 09 horas. Considerando o acordo firmado entre o Tribunal de Justiça e seguradora Líder do Seguro DPVAT por meio do ofício nº. 005/2015, fixo em R\$ 200,00 (duzentos reais) os honorários do perito que deverão ser suportados pela parte demandada e depositado em juízo em até 10 (dez) dias da intimação desta decisão. Intime-se pessoalmente a parte autora por meio de correspondência com AR. Publique-se. Recife, 10 de outubro de 2016. Dario Rodrigues Leite de Oliveira Juiz de Direito"*

RECIFE, 17 de outubro de 2016.

EUDALIA MARIA ALVES FONSECA

Diretoria Cível do 1º Grau





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**Diretoria Cível do 1º Grau da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 12ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0024597-40.2016.8.17.2001

AUTOR: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

Advogados do(a) AUTOR: CAMILLA ALMEIDA LOPES TAVARES - PE32262, DIEGO MEDEIROS PAPARIELLO -  
PE29143


RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Advogado do(a) RÉU: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - PE30225



#### **CERTIDÃO**


Certifico, para os devidos fins de direito, que na presente data encaminhei e-mail ao especialista Dr. CLÁUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO, CRM 14043, comunicando sua nomeação para atuar como perito nos presentes autos. O certificado é verdade. Dou fé.



Diretoria Cível..., 11:32  Marcar como: Não lida Importante

---

De:  "Diretoria Cível - 1 Grau - Perícia" <diretoria.civel.1grau.pericia@tjpe.jus.br> 

Para: cccneto@hotmail.com 

Data: 17/10/2016 11:32 (agora)

Assunto: NOMEAÇÃO PERITO - PROCESSO 0014142-16.2016.8.17.2001 - DOUGLAS RAFAEL LIRA DE LIMA

Ilmo Sr.

Em face do despacho de ID 14562178 proferido nos autos do processo nº 01/2019, Cível, Seção A, ajuizado por AUTOR: **DOUGLAS RAFAEL LIRA DE LIMA/SEGUROS**, fica V.S.<sup>a</sup> intimada de sua nomeação como perito, conforme despacho

**DESPACHO**"Por ser imprescindível para o processamento e julgamento da lide, para esclarecer o grau de debilidade/incapacidade alegada pela parte autora com o pagamento da indenização pleiteada, pelo que se faz necessária a realização de perícia médica, o especialista Dr. CLÁUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO, a partir da data designada para realização da perícia, o prazo para conclusão do laudo é de 15 (quinze) dias, a contar da data da realização da perícia, o endereço para realização da perícia: Rua do Chacon, nº 274, sala 400. Ficando designada a seguinte data: **07 de novembro de 2016, às 09 horas**, no Tribunal de Justiça e seguradora Líder do Seguro DPVAT por meio do ofício nº 001/2016 (R\$ 10.000,00 reais) os honorários do perito que deverão ser suportados pela parte demandada. Intime-se pessoalmente a parte autora por meio do Oficial de Justiça. Recife, 10 de outubro de 2016. Dario Rodrigues Leite de Oliveira Juiz de Direito

O laudo poderá ser enviado pelo endereço eletrônico, [diretoria.civel.1grau.p@trf4.jus.br](mailto:diretoria.civel.1grau.p@trf4.jus.br) menos de 1,5mb cada arquivo.

Comunico, por fim, que envio cópia dos autos através do link abaixo e que V.S.<sup>a</sup> mensagem.

[drive.google.com/file/d/0B5ygvf-4670kTGNSbnVoNkp1NG8/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/0B5ygvf-4670kTGNSbnVoNkp1NG8/view?usp=sharing)

Atenciosamente  
Eudália M. Alves Fonseca  
Diretoria Cível do 1º Grau da Capital  
Matrícula 177.645-2

RECIFE, 17 de outubro de 2016.

EUDALIA MARIA ALVES FONSECA  
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção A da 12ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810302

Processo nº **0024597-40.2016.8.17.2001**

AUTOR: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Por ser imprescindível para o processamento e julgamento da lide, determino a realização de perícia técnica para esclarecer o dade/incapacidade alegada pela parte autora como existente e que lhe confira direito ao pagamento da indenização pleiteada, pelo que sária a realização de perícia médica.

Nomeio, para realização de perícia médica, o especialista Dr. CLÁUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO, CRM 14043. (cinze) dias, a partir da data designada para realização da perícia, o prazo para conclusão do laudo.

A parte autora deverá comparecer ao seguinte endereço para realização da perícia: Rua do Chacon, nº 274, sala 209. Poço de Santo Antônio, CEP 52061-400. Ficando designada a seguinte data: **07 de novembro de 2016, às 09 horas.**

Considerando o acordo firmado entre o Tribunal de Justiça e seguradora Líder do Seguro DPVAT por meio do ofício nº. 005/2016, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) os honorários do perito que deverão ser suportados pela parte demandada e depositado em juízo em até 10 (dez) dias, a partir da data desta decisão.

Intime-se pessoalmente a parte autora por meio de correspondência com AR.

Publique-se.

Recife, 10 de outubro de 2016.

**Dario Rodrigues Leite de Oliveira**  
**Juiz de Direito**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**Diretoria Cível do 1º Grau da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 12ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0024597-40.2016.8.17.2001

AUTOR: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

Advogados do(a) AUTOR: CAMILLA ALMEIDA LOPES TAVARES - PE32262, DIEGO MEDEIROS PAPARIELLO -  
PE29143

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Advogado do(a) RÉU: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - PE30225

**CERTIDÃO - DECURSO DE PRAZO AUTOR**

Certifico, para os devidos fins de direito, que apesar de devidamente intimada do ato ordinatório ID 13133480, a parte autora não se manifestou, deixando o prazo transcorrer, razão pela qual faço os autos conclusos. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 5 de setembro de 2016.

EUDALIA MARIA ALVES FONSECA

Diretoria Cível do 1º Grau







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**Diretoria Cível do 1º Grau da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 12ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0024597-40.2016.8.17.2001

AUTOR: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

Advogados do(a) AUTOR: DIEGO MEDEIROS PAPARIELLO - PE29143, CAMILLA ALMEIDA LOPES TAVARES - PE32262

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Advogado do(a) RÉU: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - PE30225

#### **ATO ORDINATÓRIO**

Em cumprimento ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intimo o(a)s Autor(a)(es)/Exequente(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar(em)-se sobre a(s) contestação(ões) e documento(s) em anexo, bem como apresentar(em) resposta a(s) reconvenção(ões), caso apresentada(s).

RECIFE, 8 de agosto de 2016.

JOAO VICTOR SARAIVA WENCESLAU  
Diretoria Cível do 1º Grau





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**Diretoria Cível do 1º Grau da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 12ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0024597-40.2016.8.17.2001

AUTOR: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

Advogados do(a) AUTOR: DIEGO MEDEIROS PAPARIELLO - PE29143, CAMILLA ALMEIDA LOPES TAVARES -  
PE32262

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Advogado do(a) RÉU: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - PE30225

**CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO**

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a Citação/Intimação de  
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A . O referido é verdade. Dou fé.



RECIFE, 2 de agosto de 2016

MARIA CREUSELIA SILVA SOUSA  
Diretoria Cível do 1º Grau



PREENCHER COM LETRA DE FORMA		AR	
<b>DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE</b>			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
Endereço: R Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ CEP . 20.031-205			
CEP / CODE POSTAL		AYS	
0024597-40.2016.8.17.2001		ID 12411418 8	
CITACÃO/INTIMAÇÃO Seção A da 12ª Vara Cível da Capital			
DECLARAÇÃO DE CONT		<input type="checkbox"/> NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	
EDIFÍCIO SEGURADORA MENSAGERIA 14 JUL 2016 Renato Lima de Oliveira RG 20.683.392-2 - DETRAN		CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION 14 JUL. 2016 DR/RJ	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR		R. Júnior 8.956.534-7	
<b>PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO</b>			



	<b>AVISO DE RECEBIMENTO</b> <b>AVIS CN07</b>	<b>AR</b>	 <b>10 355664285 18</b>							
	DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT <b>11 JUL 2016</b>	TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON <table border="1"> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> <tr> <td>:</td> <td>h</td> <td>:</td> </tr> </table>					:	h	:	
:	h	:								
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT <b>RECIFE-PE</b>		PREENCHER COM LETRA DE FORMA NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR <b>DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL</b> <b>FORUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO- 1º ANDAR</b> <b>AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº-</b> <b>ILHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE- CEP: 50080-900</b>								
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE <b>ILHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE- CEP: 50080-900</b>		UF <b>BRASIL BRÉSIL</b>							
	CIDADE / LOCALITÉ <table border="1"> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </table>									



## CONTESTAÇÃO



## CONTESTAÇÃO



## **JOÃO BARBOSA Advogados Associados**

*João Barbosa*

*João Martins*

*Alice Barbosa*

*Rafaella Barbosa*

*Joselaine Maura*

*Fernando Barbosa*

*Carlos Eduardo*

*Isabel Chagas*

*Noemia Teixeira*

*Roberto Costa*

*Rodrigo Almeida*

*Taís Silva*

*Tiago Leão*

*Adriana Moura*

*Alecsandro Freitas*

*André de Souza*

*Cristiane Silva*

*Gabrielle Serrano*

*Gilson Erves*

*Juliana Cruz*

*Livia Barroso*

*Lohan Mota*

*Patricia Bonfim*

*Walter Araújo*

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE**

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

Processo n.º **00245974020168172001**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### **CONTESTAÇÃO**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

#### **BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **08/04/2011**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **02/09/2013**.

Cumpre esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.



Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos)** , valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

#### **INICIALMENTE**

##### **DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA**

##### **DO LAPSO TEMPORAL ENTRE O REGISTRO DA OCORRÊNCIA E O SINISTRO**

Conforme dispõe o art. 343, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o BOLETIM DE OCORRÊNCIA.

Ocorre que, em detida análise comparativa do Boletim de Ocorrência verifica-se que o autor apenas registrou a ocorrência no dia 02/09/2013, salientando que o sinistro ocorreu no dia 08/04/2011, não sendo crível nem verossímil, eis que não foi acostado qualquer documento médico que justifique tal lapso..

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

#### **PRELIMINARMENTE**

##### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

---

<sup>1</sup> [1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.





### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

### **DO MÉRITO**

#### **DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA**

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

*“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”*

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

---

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos) , o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito deve ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

#### **DO ÔNUS DA PROVA**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

#### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>4</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>5</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

---

<sup>3</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

<sup>4</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>5</sup> art. 1º, (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e o depoimento pessoal o autor, sob pena de confissão.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito sob o nº **OAB/PE 30225**, sob pena de nulidade das mesmas.



Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 27 de julho de 2016.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**OAB/PE 30225**



### **QUESITOS DA RÉ**

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



### TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na **OAB/PE 30225** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO**, em curso perante a **12ª VARA CÍVEL** da comarca de **RECIFE**, nos autos do Processo nº 00245974020168172001.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2016.



FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819







Seguradora Líder - DPVAT

## AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO \_\_\_\_\_

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, VINÍCIUS ALBUQUERQUE MARCELINO  
PORTADOR(A) DO RG Nº 7.929.299 EXPEDIDO POR SIS/PE EM 01/11/2012  
CPF 018.918.910(4)8(4)-6(0) / CNPJ 00000000-0000-00, PROFISSÃO DESEMPREGADO  
E RENDA MENSAL DE R\$ — (\*\*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO  
SEGURO DPVAT DA VÍTIMA 0 MESMO, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO  
DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(\*\*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

! Para evitar a reprogramação de um pagamento, lembre-se:

1) Os seguintes documentos não devem, de forma nenhuma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício;
- Conta pessoa jurídica;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for o titular;
- Conta tipo FÁCIL: atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta-POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidades Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$2000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (não será aceita proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);

2) O CPF do beneficiário/vítima não pode estar inválido, pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL - [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));

3) O CPF da conta informada para depósito não pode ser diferente do CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistro.

- ☒ CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE (ACEITAS CONTAS DE TODOS OS BANCOS)  
BANCO 033 AGÊNCIA 4456 (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-CORRENTE 01-056331-7
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO BRADESCO  
BANCO 237 • AGÊNCIA \_\_\_\_\_ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA \_\_\_\_\_
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO DO BRASIL  
BANCO 001 • AGÊNCIA \_\_\_\_\_ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA \_\_\_\_\_
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO ITAÚ  
BANCO 341 • AGÊNCIA \_\_\_\_\_ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA \_\_\_\_\_
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
BANCO 104 • AGÊNCIA \_\_\_\_\_ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA \_\_\_\_\_

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

LOCAL RECIFE / PEDATA 13 / 08 / 2014ASSINATURA DO(A) BENEFICIÁRIO(A) Vinicius Albuquerque Marcelino

! ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na Lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br) ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.





REDE DE AGENCIAS SANTANDER  
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE

13/08/2014 14:45:40 DATA CONTABIL 13/08/2014  
LOCAL: 033.4156 - CABO DE SA  
TRANSACAO: 0000371 TERMINAL: 0000001

VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

BANCO: 033 AGENCIA 4156 CONTA 01-056031-7

EM DINHEIRO 10,00  
EM CHEQUES 0,00

VALOR TOTAL: 10,00

COM APENAS R\$ 10 VOCE JA PODE ABRIR UMA  
POUPANCA. ACESSE O CAIXA ELETRONICO E COMECE  
A GUARDAR SEU DINHEIRO COM SEGURANCA.

SBR 4156 001 13082014 0090 10,00R 2000  
000371H 033-4156-001056031-7 CONTAMAX

SR(A) CLIENTE ATENCAO !!!

CONFIRA NOME, CONTA E VALOR



# Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em Vitimas do Seguro DPVAT

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Sinistro: 2013574575 - 8  
Nome do(a) Examinado(a): VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO  
Endereço do(a) Examinado(a): RUA MARQUES RABELO nº 24 - IBURA - RECIFE/PE  
Identificação - Órgão Emissor/UF/Número: RG 7929299 - SSP  
Data local do exame: 04/08/2014 RECIFE/PE

## Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)

### LUXACAO DO 2 PDD ESQUERDO/ TRAUMA CONTUSO NO PUNHO ESQUERDO

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?

☒ SIM

☐ NÃO

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?

☒ SIM

☐ NÃO

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicação.

### TRATAMENTO CONSERVADOR ESTA DE ALTA MEDICA

III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?

☒ SIM

☐ NÃO

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatómicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

### LIMITACAO DA FLEXO-EXTENSAO DO PUNHO DIREITO 2 PDD ESQUERDO- DESALINHAMENTO OSSEO E IMOBILIDADE ARTICULAR

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações(\*)

☐ Vítima em tratamento

☐ Sem sequela permanente

Esta avaliação médica deve ser repetida em dias

Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica

☐ Exame não permite conclusão

Vide motivo do impedimento no campo das observações

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal(Sequela)

#### PUNHO DIREITO

☐ 10% ☐ 25% ☒ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

#### 2 PDD ESQUERDO

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☒ 100%

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações(\*)

☐ Total = "100% da IS"

V. Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valorização do dano corporal.

Local e data de realização do exame médico legal:

PE - RECIFE, 04/08/2014

Médico Perito: DORES MARIA BERNARDES CARNEIRO MENDES CRM: 52258890

Dra. Dore M. B. C. Mendes  
Médica Perita  
CRM-RJ 52 25889-0  
Cadastro Nacional

Dore Mendes

Assinatura do perito Examinador - CRM





Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 09 de Setembro de 2014

Carta nº: 5047177

A/C: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

Sinistro: 2013574575  
Vitima: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO  
Data Acidente: 08/04/2011  
Natureza: INVALIDEZ  
Procurador:

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

Valor: R\$ 3.037,50

Banco: 033

Agência: 000004156

Conta: 000001056331-7

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Dano Pessoal: Dedos do pé-Perda anatômica completa de qualquer um dos dedos do pé  
10%

Graduação: Em grau completo 100%

% Invalidez Permanente DPVAT: (100% de 10%) 10,00%

Valor a indenizar: 10,00% x 13.500,00 = R\$ 1.350,00

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos punhos 25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 = R\$ 1.687,50

Multa: R\$ 0,00

Juros: R\$ 0,00

Total creditado: R\$ 3.037,50

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01143/01144 - carta\_15R



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL



## DADOS DO SINISTRO

<b>Número:</b> 2013574575	<b>Cidade:</b> Jaboatão dos Guararapes	<b>Natureza:</b> Invalidez
<b>Vítima:</b> VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO	<b>Data do acidente:</b> 08/04/2011	<b>Emissor do parecer:</b> Tatiane Jardim dos Santos
<b>Seguradora:</b> CIA EXCELSIOR DE SEGUROS	<b>Prestadora:</b> IBMES INST.BRASDE MEDICINA ESPEC.EM SEGUROS LTDA	<b>CRM do médico:</b> 906387

## PARECER

**Data da análise:** 02/01/2014  
**Valoração do IML:** 0,00  
**Perícia médica:** Sim  
**Diagnóstico:** POLITRAUMA  
**Resultados terapêuticos:** TTO CONSERVADOR  
**Sequelas permanentes:**  
**Sequelas:**  
**Conduta mantida:**  
**Quantificação das sequelas:**  
**Documentos complementares:**  
**Observações:** SEQUELA INDEFINIDA  
**Valor pleiteado:** 13.500,00  
**Médico avaliador:** RAFAEL SANTOS  
**UF do CRM do médico:** RJ

## DANOS

Dano	% Dimensão	Graduação
Danos não definidos.		

**Valor avaliado:** 0,00

## PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



## DADOS DO SINISTRO

**Número:** 2013574575 **Cidade:** Jaboatão dos Guararapes **Natureza:** Invalidez  
**Vítima:** VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO **Data do acidente:** 08/04/2011 **Emissor do parecer:** Maria Regina Guimaraes da Silva  
**Seguradora:** CIA EXCELSIOR DE SEGUROS **Prestadora:** CNIS - Cadastro Nacional Informações e Serviços **CRM do médico:** 52258890

## PARECER

**Diagnóstico:** LUXACAO DO 2 PDD ESQUERDO/ TRAUMA CONTUSO NO PUNHO ESQUERDO

**Descrição do exame médico pericial:** LIMITACAO DA FLEXO-EXTENSAO DO PUNHO DIREITO 2 PDD ESQUERDO- DESALINHAMENTO OSSEO E IMOBILIDADE ARTICULAR

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CONSERVADOR ESTA DE ALTA MEDICA

**Sequelas permanentes:** APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO PUNHO DIREITO. APRESENTA PERDA TOTAL DOS MOVIMENTOS DO 2º PODODACTILO ESQUERDO.

**Sequelas :** Com sequela

**Data da perícia:** 04/08/2014

**Conduta mantida:**

**Observações:**

**Valor pleiteado:** 4.725,00

**Médico avaliador:** DORES MARIA BERNARDES CARNEIRO MENDES

**UF do CRM do médico:** RJ

## DANOS

Dano	%	Dimensão	Graduação
Dedos do pé-Perda anatômica completa de qualquer um dos dedos do pé	10	1	100
Perda completa da mobilidade de um dos punhos	25	1	50

**Valor avaliado:** 3.037,50



## REQUERER HABILITAÇÃO



### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, Drs. **CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 152.629; **ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 158.953; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 140.522; **NOÊMIA FRAGA TEIXEIRA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 95.365; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, Casada, OAB/RJ 185.681; **ROBERTO MARTINS COSTA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 176.073; **RODRIGO ALBERTO DE ALMEIDA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 165.647; **TAISA NERY SILVA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 171.173; **TIAGO CARNEIRO LEÃO D'OLIVEIRA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 130.946; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: +55 (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar

*Procuração com o mesmo conteúdo: a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e optou, assim, por preservar o meio ambiente.*



todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016

**MARCELO DAVOLI LOPES**

**CLAUDIO MENDES LADEIRA**

17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira  
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9890

082674  
ACS67751

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e CLAUDIO MENDES LADEIRA (X0000030068)  
Rio de Janeiro, 25 de maio de 2016. Conf. por: Serventia TJ-FUNDOS  
Em testemunho da verdade. Total

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.  
EBOS-10754 TZA EBOS-10755 NEM  
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

17º OFÍCIO DE NOTAS-RJ  
Bruno Rodrigo Belem Gaspar  
Escrevente Autorizado

17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira  
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

CERTIFICADO DE AUTENTICIDADE  
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X0000030068  
Rio de Janeiro, 16 de junho de 2016.  
PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT  
EBPO-46357 NMF Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

OFÍCIO DE NOTAS  
Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira  
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

CARTÓRIO DO 17º  
OFÍCIO DE NOTAS  
082674  
ACS13502

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR  
Escrevente  
Aut. 2016/06/16/0001  
Nº 2016/06/16/0001

17º OFÍCIO DE NOTAS-RJ  
Bruno Rodrigo Belem Gaspar  
Escrevente Autorizado

SEGURADORA LÍDER  
JURÍDICO  
DPVAT

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.







PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836 366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51, **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 82420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30. TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

*Preservando com o meio eletrônico, a Seguradora Líder DPVAT, nosso papel ressocializado e ajudando a preservar o futuro.*





Seguradora Líder · DPVAT

OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800  
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ  
MÁRCIO BARBOSA NORTON (X000000A71AB)  
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:  
Em testemunho da verdade. Serventia : 8,40  
36% TJ+FUNDOS : 3,60  
Total : 12,00  
Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.  
EAGM-29273 BNL, EAGM-29274 GLP  
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 1º  
Bruno Rodrigo  
Belem Gaspar  
Escrevente  
CBOCS nº 04.04761  
At 2013 - Tel 21 3861-4600  
OFÍCIO DE NOTAS - F



17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Paula Cristina A. D. Gaspar  
Escritura  
CBOCS nº 04.04761  
At 2013 - Tel 21 3861-4600

17º Ofício de Notas  
Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800

088674  
ACS13501

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X000003CFAF6. Conf. por:  
Rio de Janeiro, 15 de junho de 2016. Serventia : 5,09  
TJ+FUNDOS : 1,81  
Total : 6,90  
PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT  
EBPO-46356 ZRN Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nautilus S/A - Empreendimentos e Participações  
CNPJ nº 11.544.736/0001-18 - NIRE - 3310025153-1  
Ata da 1ª Reunião da Assembleia Geral Ordinária de 2006  
20/06/2016 - 10:30 horas - Local: Rua João de Lucena, 5, parte Higienópolis/SP. 2. Convocação: Formada direta e pessoalmente, a todos os acionistas pelo Diretor Presidente da Sociedade. 3. Quorum: Acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme assembléas anteriores no livro próprio. 4. Asses: Paulo Gomes de Souza, e Secretário: Sr Felipe de Castro Souza. 5. Ordem do Dia: (a) Aprovar o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/14; (b) Deliberar sobre a proposta do resultado do ano e a distribuição de dividendos; (c) (G) Aprovar o balanço e o relatório dos honorários de Diretoria no valor total de R\$ 30.000,00 anuais; (iv) Assessoria Geria. 6. Deliberações: Tomadas por unanimidade dos acionistas representando a totalidade do Capital Social (i) Aprobaram o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/14; (ii) Aprobaram o balanço e o relatório dos honorários de Diretoria no valor de R\$ 1491.938,71, que são repartidos de seguinte forma: (a) 5%, ou seja, R\$ 74.591,93 para a Fundação de Reresse Legal e; (b) O saldo restante de R\$ 1.417.346,78 para distribuição de dividendos. Aprobaram os honorários de Diretoria para o exercício de 2016 no valor de R\$ 30.000,00 anuais. 7. Assessoria distribuídos entre os membros da Diretoria, em conformidade com os mesmos. (iv) Assessoria Geria: Nenhuma assessoria relevante foi objeto de discussão na presente assembleia. 7. Encerramento: O 4º Assessor da Diretoria, verificando em seguida que foram adotados todos os itens da ordem do dia, declarou a assembleia encerrada e não se estabeleceu que, parte em deliberações tomadas, o Conselho Fiscal não foi ouvido por não se encontraram insatisfeitos e encerramos, os trabalhos, sendo a presente ata lavrada e depois de lida e aprovada a seguinte lista de membros de mesa e pelos acionistas representantes da lista: - Presidente da Assembleia, Felipe de Castro Souza - Secretário: João de 27/6/2016 em 20/06/2015 Bernardo F.S. Brenner - Secre-  
tário Geral

DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[illegible]



ero do documento: 16072914241665600000



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6

CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

**PRESENÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinicius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

**ORDEM DO DIA:** (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Retratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº: 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 3



Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estão inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução no. 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Retratificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

**MESA DE TRABALHO:**



Luiz Tavares Pereira Filho  
Presidente





André Leal Faoro  
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas  
Página 2 de 3




  
Rosana Techima Salsano  
Conselheira Vice-Presidente


  
Bernardo Dieckmann  
Conselheiro

  
Celso Damadi  
Conselheiro

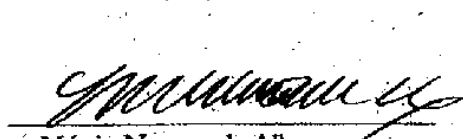
  
Francisco Alves de Souza  
Conselheiro


  
Hélio Hiroshi Kinoshita  
Conselheiro


  
Jabis de Mendonça Alexandre  
Conselheiro

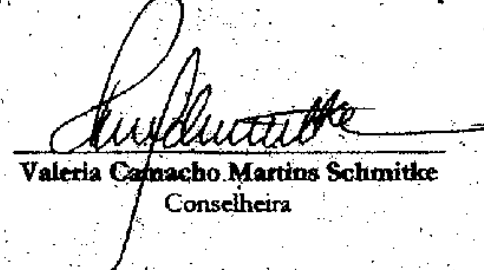
  
João Gilberto Possiede  
Conselheiro

  
Jorge de Souza Andrade  
Conselheiro

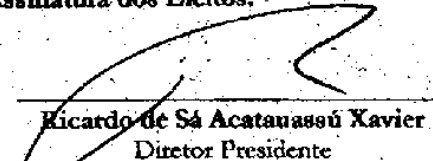
  
Múcio Novaes de Albuquerque  
Cavalcanti  
Conselheiro

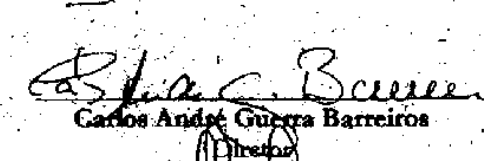
  
Ricardo José Iglesias Teixeira  
Conselheiro

  
Roberto Barroso  
Conselheiro

  
Valeria Camacho Martins Schmitke  
Conselheira

Assinatura dos Eleitos:

  
Ricardo de Sá Acatauassú Xavier  
Diretor Presidente

  
Carlos André Guerra Barreiros  
Diretor

  
Marcelo Davoli Lopes  
Diretor

  
Claudio Mendes Ladeira  
Diretor

  
Marcus Vinícius Cataldo de Felipe  
Diretor

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas  
Página 3 de 3







[illegible][illegible]

[illegible][illegible]

TA MANTO) E DEPENDENCIA QUIMICA ALGUNOS DE LOS AUTORES  
GRUPO DE PERSONAS CON DEFICIENCIA DE UNO O MAS DE LOS  
SISTEMAS PSICICOS Y PROBLEMAS ALIMENTARIOS, EN EL  
DEPARTAMENTO ALERGO-INTOXICACIONES DEL HOSPITAL DE  
CALI, EN EL ALACAO, INTRACRANEALES, EN EL HOSPITAL  
ALIMENTARIO PSICOLÓGICO Y EN EL HOSPITAL DE CALI, EN  
EL DEPARTAMENTO ALERGO-INTOXICACIONES Y EN EL HOSPITAL  
DEPARTAMENTO ALERGO-INTOXICACIONES Y EN EL HOSPITAL  
POSIBLE EN EL HOSPITAL DE CALI, EN EL HOSPITAL DE CALI,  
2012/2011

HYDRATEC QUÍMICA E FARMACÉUTICA LTDA EPP  
CNPJ Nº 06.943.970/0001-00  
COMERCIAIS (ART. 1332 e 1334) - P. Nº 002.000.000/1000-00  
Atividade principal: 28.20-01-01 - Indústria Química de Produtos de Plástico, em Massa  
Endereço: Rua São Carlos, 100 - Jd. São Carlos - São Carlos - MG - CEP: 13506-900  
Fone: (031) 3391-1111 - Fax: (031) 3391-1112  
E-mail: contato@hydratex.com.br  
Site: www.hidratex.com.br

**CARTELO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.**  
CNPJ 11.721.648/000139

**AVISO** - Acometida a empresa, **Indústria Açúcar de São Paulo**, na Avenida 2400 República, nº 42, tel. 1417, no Município, a seguir, refere o artigo 133 da Lei 5.454, de 15 de dezembro de 1971, frise, inciso, 11 de janeiro de 2002, A Distância.

11/2003

[illegible][illegible][illegible][illegible]

**GAPTAQUEI FAN 3**, Corpo Híbrido, Rte. Caracara, 132356, máxima em  
cinquenta (50) km/h, Veloc. média: 30,8 km/h, Torque: 16,00 kgf. m  
entre 30 e 40 km/h, Volume mensal: 144000 km, Consumo médio:  
Rota: 12; 22° 41' 0.282 e Long: 42° 56' 24.997".  
**LANÇAMENTO**: volume máximo diário das dez paradas e o "BURN-  
in", realizado no: 30/01  
Preço base: R\$ 5.071.062,33 (5 mil e 71 mil reais e 623 reais e 33 centavos)

**BR PETROBRAS**  
Companhia Aberta  
CNPJ nº 33.000.167/0001-41  
NIRE nº 33300032061

[illegible]

### Avisos, Editais e Termos

### Associações, Sociedades e Firmas

CLÍNICA GSTRULADA  
SOCIÉDNE SEMPLS EN TONNUNG EN

PLAQUE: JOSE-MARCO SOUSA, S/O RITA JOAO CHILHERME PIUSA  
 RODRIGUES ESTRELLA ALFA 774/3198732, JANEIS SOUSA  
 NUNO DO CARO 514 283 217, JOAO MANUEL LIMA SILVA  
 TEL. 22 527 52 71, RAFAEL JOMES FILIPE 222 775 827,  
 P. OBJECTO: ATENCAO DE ASSUNTOS PSICOSSOCIAIS E  
 DE INTERFERENCIA

## S A M A R K A T

Adap. 1. *Confidence in Hypothesis* (e.g.,  $\alpha = 0.05$ ,  $\alpha = 0.01$ ,  $\alpha = 0.001$ ). See modulation, 1, 1b, 1c, 1d.

Amigos Futuros • Jermyn  
 2022-23 • 2023-24 • 2024-25

### Associações, Sociedades e Empresas

## ANGLA VANHOE CAMPINAS S.A.

[illegible]

## SEGURADORA LEE H. DOS CONSORCIOS

EMPRESA DE ENERGIAS ELÉCTRICAS - NOME DE REGISTRAÇÃO  
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2014

[illegible][illegible]

**IMPRESSO**

## S A M A R K A T A

Adap. 1. *Confidence in Hypothesis* (e.g., from  $Z_{\text{score}} = 1.96$  to  $Z_{\text{score}} = 1.645$ )

Amigos Futuros • Termino  
 Antes de los 100 años de la UPR

[illegible]

## FERNANDES, BRUNO R. MINISTÉRIO DA DESENVOLVIMENTO ECON.

[illegible]

## AQUÁRIO ACUÁRIO MARINHO DO RIO DE JANEIRO S.A

[illegible]

By 1990, we were still in the process of the personal data and stepping back a bit with the clinical research, even after you had accepted the results of the studies in papers, along with the fact that you had a personal life. I think that the fact that you were a scientist, a doctor, a mother, a wife, a person, a human being, was a very important part of your life. I think that the fact that you were a scientist, a doctor, a mother, a wife, a person, a human being, was a very important part of your life. I think that the fact that you were a scientist, a doctor, a mother, a wife, a person, a human being, was a very important part of your life.

## SANE9 88ASL AGEDBUNIMIAL 12A

e-mail: [carla.7419@GOLDON.COM](mailto:carla.7419@GOLDON.COM) ou [carla.7419@GOL.COM](mailto:carla.7419@GOL.COM)  
 AGRICULTORES (CULTIVADORES) DE MANDIOCA 1 Data: 19/01/2008 2 Valor: 1,00  
 Assessoria: DAFAR 322018 4, 5 21/01/2008 6 21/01/2008 7 21/01/2008 8 21/01/2008 9 21/01/2008  
 10 21/01/2008 11 21/01/2008 12 21/01/2008 13 21/01/2008 14 21/01/2008 15 21/01/2008  
 16 21/01/2008 17 21/01/2008 18 21/01/2008 19 21/01/2008 20 21/01/2008 21 21/01/2008  
 22 21/01/2008 23 21/01/2008 24 21/01/2008 25 21/01/2008 26 21/01/2008 27 21/01/2008  
 28 21/01/2008 29 21/01/2008 30 21/01/2008 31 21/01/2008 32 21/01/2008 33 21/01/2008  
 34 21/01/2008 35 21/01/2008 36 21/01/2008 37 21/01/2008 38 21/01/2008 39 21/01/2008  
 40 21/01/2008 41 21/01/2008 42 21/01/2008 43 21/01/2008 44 21/01/2008 45 21/01/2008  
 46 21/01/2008 47 21/01/2008 48 21/01/2008 49 21/01/2008 50 21/01/2008 51 21/01/2008  
 52 21/01/2008 53 21/01/2008 54 21/01/2008 55 21/01/2008 56 21/01/2008 57 21/01/2008  
 58 21/01/2008 59 21/01/2008 60 21/01/2008 61 21/01/2008 62 21/01/2008 63 21/01/2008  
 64 21/01/2008 65 21/01/2008 66 21/01/2008 67 21/01/2008 68 21/01/2008 69 21/01/2008  
 70 21/01/2008 71 21/01/2008 72 21/01/2008 73 21/01/2008 74 21/01/2008 75 21/01/2008  
 76 21/01/2008 77 21/01/2008 78 21/01/2008 79 21/01/2008 80 21/01/2008 81 21/01/2008  
 82 21/01/2008 83 21/01/2008 84 21/01/2008 85 21/01/2008 86 21/01/2008 87 21/01/2008  
 88 21/01/2008 89 21/01/2008 90 21/01/2008 91 21/01/2008 92 21/01/2008 93 21/01/2008  
 94 21/01/2008 95 21/01/2008 96 21/01/2008 97 21/01/2008 98 21/01/2008 99 21/01/2008  
 100 21/01/2008 101 21/01/2008 102 21/01/2008 103 21/01/2008 104 21/01/2008 105 21/01/2008  
 106 21/01/2008 107 21/01/2008 108 21/01/2008 109 21/01/2008 110 21/01/2008 111 21/01/2008  
 112 21/01/2008 113 21/01/2008 114 21/01/2008 115 21/01/2008 116 21/01/2008 117 21/01/2008  
 118 21/01/2008 119 21/01/2008 120 21/01/2008 121 21/01/2008 122 21/01/2008 123 21/01/2008  
 124 21/01/2008 125 21/01/2008 126 21/01/2008 127 21/01/2008 128 21/01/2008 129 21/01/2008  
 130 21/01/2008 131 21/01/2008 132 21/01/2008 133 21/01/2008 134 21/01/2008 135 21/01/2008  
 136 21/01/2008 137 21/01/2008 138 21/01/2008 139 21/01/2008 140 21/01/2008 141 21/01/2008  
 142 21/01/2008 143 21/01/2008 144 21/01/2008 145 21/01/2008 146 21/01/2008 147 21/01/2008  
 148 21/01/2008 149 21/01/2008 150 21/01/2008 151 21/01/2008 152 21/01/2008 153 21/01/2008  
 154 21/01/2008 155 21/01/2008 156 21/01/2008 157 21/01/2008 158 21/01/2008 159 21/01/2008  
 160 21/01/2008 161 21/01/2008 162 21/01/2008 163 21/01/2008 164 21/01/2008 165 21/01/2008  
 166 21/01/2008 167 21/01/2008 168 21/01/2008 169 21/01/2008 170 21/01/2008 171 21/01/2008  
 172 21/01/2008 173 21/01/2008 174 21/01/2008 175 21/01/2008 176 21/01/2008 177 21/01/2008  
 178 21/01/2008 179 21/01/2008 180 21/01/2008 181 21/01/2008 182 21/01/2008 183 21/01/2008  
 184 21/01/2008 185 21/01/2008 186 21/01/2008 187 21/01/2008 188 21/01/2008 189 21/01/2008  
 190 21/01/2008 191 21/01/2008 192 21/01/2008 193 21/01/2008 194 21/01/2008 195 21/01/2008  
 196 21/01/2008 197 21/01/2008 198 21/01/2008 199 21/01/2008 200 21/01/2008 201 21/01/2008  
 202 21/01/2008 203 21/01/2008 204 21/01/2008 205 21/01/2008 206 21/01/2008 207 21/01/2008  
 208 21/01/2008 209 21/01/2008 210 21/01/2008 211 21/01/2008 212 21/01/2008 213 21/01/2008  
 214 21/01/2008 215 21/01/2008 216 21/01/2008 217 21/01/2008 218 21/01/2008 219 21/01/2008  
 220 21/01/2008 221 21/01/2008 222 21/01/2008 223 21/01/2008 224 21/01/2008 225 21/01/2008  
 226 21/01/2008 227 21/01/2008 228 21/01/2008 229 21/01/2008 230 21/01/2008 231 21/01/2008  
 232 21/01/2008 233 21/01/2008 234 21/01/2008 235 21/01/2008 236 21/01/2008 237 21/01/2008  
 238 21/01/2008 239 21/01/2008 240 21/01/2008 241 21/01/2008 242 21/01/2008 243 21/01/2008  
 244 21/01/2008 245 21/01/2008 246 21/01/2008 247 21/01/2008 248 21/01/2008 249 21/01/2008  
 250 21/01/2008 251 21/01/2008 252 21/01/2008 253 21/01/2008 254 21/01/2008 255 21/01/2008  
 256 21/01/2008 257 21/01/2008 258 21/01/2008 259 21/01/2008 260 21/01/2008 261 21/01/2008  
 262 21/01/2008 263 21/01/2008

## LINHARES BRASIL ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

[illegible]

Debitur	Phisikologi	Jumlah
1. Luthan Fauzan Fauzan S. A	851 872 207,81	135 414 72,89
2. R.P. Braut Luthan	1056 791 081,90	630 144 38,10
3. Luthan Fauzan Fauzan S. A	1392 043 361,14	143 131 008,00
4. R.P. Braut Fauzan	1557 387 810,54	654 771 189,21

de 1999, o primeiro estudo de RSE realizado no Brasil, com o objetivo de avaliar a percepção dos consumidores quanto à importância da RSE das empresas. O estudo foi realizado em 1999, com a participação de 1.000 consumidores, e os resultados foram publicados no livro "A RSE e o Consumidor".

**NAI CAMPUS PARTICIPAÇÃO 9 A**[illegible]



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**Diretoria Cível do 1º Grau da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 12ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0024597-40.2016.8.17.2001

AUTOR: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

### INTIMAÇÃO DE DECISÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 12ª Vara Cível da Capital, fica V. Sa. intimada do inteiro teor da Decisão de ID 12381968, conforme segue transcrito abaixo:

*DECISÃO: "Cuido inicialmente de analisar o pleito de outorga da gratuidade da Justiça na presente relação processual. Sabidamente, de acordo com a dicção do artigo 4º da Lei n.º 1.060/50, basta a afirmação da parte de que não possui condições de arcar com custas e honorários, sem prejuízo próprio e de sua família, na própria petição inicial ou em seu pedido, a qualquer momento do processo, para a concessão do benefício. Ou seja, em outros termos, em se apresentando o pedido de gratuidade e se fazendo acompanhar tal de declaração de pobreza, há incidência de presunção legal a respeito que, a teor do artigo 5º do mesmo diploma legal, deve o Magistrado observar e, daí, excetuando-se o caso em que há elementos nos autos que comprovem a falta de veracidade do mesmo, prontamente deferir. Doutra banda, observe-se que as normas legais mencionadas não exigem que os requerentes da assistência judiciária sejam miseráveis para fins de sua concessão, bastando que comprovem a insuficiência de recursos para custear o processo, ou, como reza a norma constitucional (art. 5º, inciso LXXIV), que não estão em condições de pagar custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família. Ora, em se analisando o pleito de outorga da gratuidade da justiça formulado e se atentando aos parâmetros acima indicados, vê-se que tal objetivamente se encontra albergado pela presunção legal pois, como já afirmado, decorre da letra expressa do parágrafo 1º, do artigo 4º, da Lei 1.060/50, que se presumem pobres, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei. Nesse sentido, alias, é a Jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO - PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA - SUFICIÊNCIA - RECURSO PROVIDO. 1 - Consoante entendimento jurisprudencial, a simples afirmação da necessidade da justiça gratuita, nos termos do art. 4º da Lei nº 1.060/50, é suficiente para o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita. 2 - Recurso provido para conceder aos recorrentes, nos autos da execução, os benefícios da assistência judiciária gratuita." (Quarta Turma - RESP 721959/SP - Rel. Min. Jorge Scartezzini - Julg. Em data de 14/03/2006 - Pub. no DJ da data de 03/04/2006, p. 362. No mesmo sentido, ver RESP 142448-RJ, RESP 469594-RS, RESP 320019-RS e RESP 200390-SP). Defiro-o, pois. A outro tanto, à razão de ainda não se ter concluída a instalação da Central de Conciliação e Mediação no âmbito desta Comarca e, ainda, inexistir funcionário devidamente treinado e disponível que possa, sem comprometer os demais serviços cartorários desta Unidade Judiciária, exercer as funções de conciliador e mediador, tal qual preconizado no § 1º, do art. 334 do NCPC, bem como objetivamente não haver condições de o ato de Conciliação/Mediação ser realizado com observância da necessária confidencialidade, tenho que a presente tramitação processual deve seguir sem a realização da audiência prevista no art. 334 de referenciado Diploma Legal, sem prejuízo, obviamente, de posteriormente ser efetivada. Cite-se na forma da Lei. Recife, 01 de julho de 2016. Dario Rodrigues Leite de Oliveira Juiz de Direito"*

Recife, 4 de julho de 2016.



BLANDINA EDILMA FERREIRA DA ROCHA  
Diretoria Cível do 1º Grau





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**Diretoria Cível do 1º Grau da Capital**  
AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,  
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

---

Seção A da 12ª Vara Cível da Capital  
Processo nº 0024597-40.2016.8.17.2001  
AUTOR: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO  
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

RECIFE, 4 de julho de 2016.

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

**Destinatário(s):**

**Nome:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A  
**Endereço:** R Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ CEP . 20.031-205

Através da presente, fica V. Sa. **CITADO(A)** para tomar ciência de todos os termos da ação em epígrafe, que tramita perante o Juízo acima indicado, e integrar a relação processual, bem como **INTIMADO(A)** para oferecer contestação, tudo conforme decisão 12381968 prolatada e diante da petição inicial, cujas cópias seguem em anexo, como parte(s) integrante(s) deste.

**Prazo:** O prazo para responder a ação, querendo, é de **15 (quinze) dias**, contados da juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos.

**Advertência:** Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico:

<https://pje.tje.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessário a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tje.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

**BLANDINA EDILMA FERREIRA DA ROCHA**  
**Diretoria Cível do 1º Grau**  
**Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara**



A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: [www.tje.jus.br](http://www.tje.jus.br) – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [ <https://pje.tje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção A da 12ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE  
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810302

Processo nº **0024597-40.2016.8.17.2001**

AUTOR: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

## DECISÃO

Cuido inicialmente de analisar o pleito de outorga da gratuidade da Justiça na presente relação processual.

Sabidamente, de acordo com a dicção do artigo 4º da Lei n.º 1.060/50, basta a afirmação da parte de que não possui condições de arcar com custas e honorários, sem prejuízo próprio e de sua família, na própria petição inicial ou em seu pedido, a qualquer momento do processo, para a concessão do benefício. Ou seja, em outros termos, em se apresentando o pedido de gratuidade e se fazendo acompanhar tal de declaração de pobreza, há incidência de presunção legal a respeito que, a teor do artigo 5º do mesmo diploma legal, deve o Magistrado observar e, daí, excetuando-se o caso em que há elementos nos autos que comprovem a falta de veracidade do mesmo, prontamente deferir.

Doutra banda, observe-se que as normas legais mencionadas não exigem que os requerentes da assistência judiciária sejam miseráveis para fins de sua concessão, bastando que comprovem a insuficiência de recursos para custear o processo, ou, como reza a norma constitucional (art. 5º, inciso LXXIV), que não estão em condições de pagar custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família.

Ora, em se analisando o pleito de outorga da gratuidade da justiça formulado e se atentando aos parâmetros acima indicados, vê-se que tal objetivamente se encontra albergado pela presunção legal pois, como já afirmado, decorre da letra expressa do parágrafo 1º, do artigo 4º, da Lei 1.060/50, que se presumem pobres, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei. Nesse sentido, alias, é a Jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça: "*PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO - PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA - SUFICIÊNCIA - RECURSO PROVIDO. 1 - Consoante entendimento jurisprudencial, a simples afirmação da necessidade da justiça gratuita, nos termos do art. 4º da Lei nº 1.060/50, é suficiente para o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita. 2 - Recurso provido para conceder aos recorrentes, nos autos da execução, os benefícios da assistência judiciária gratuita.*" (Quarta Turma - RESP 721959/SP - Rel. Min. Jorge Scartezzini - Julg. Em data de 14/03/2006 - Pub. no DJ da data de 03/04/2006, p. 362. No mesmo sentido, ver RESP 142448-RJ, RESP 469594-RS, RESP 320019-RS e RESP 200390-SP). Defiro-o, pois.

A outro tanto, à razão de ainda não se ter concluída a instalação da Central de Conciliação e Mediação no âmbito desta Comarca e, ainda, inexistir funcionário devidamente treinado e disponível que possa, sem comprometer os demais serviços cartorários desta Unidade Judiciária, exercer as funções de conciliador e mediador, tal qual preconizado no § 1º, do art. 334 do NCPC, bem como objetivamente não haver condições de o ato de Conciliação/Mediação ser realizado com observância da



necessária confidencialidade, tenho que a presente tramitação processual deve seguir sem a realização da audiência prevista no art. 334 de referenciado Diploma Legal, sem prejuízo, obviamente, de posteriormente ser efetivada.

Cite-se na forma da Lei.

Recife, 01 de julho de 2016.

Dario Rodrigues Leite de Oliveira

Juiz de Direito



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_º VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE RECIFE - PERNAMBUCO.**

**VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO**, brasileiro, solteiro, eletricitista, portador da cédula de identidade nº 7.929.299 SDS/PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 089.890.484-60, domiciliado na Rua Marques Rabelo, nº 24, Ibura – Recife - PE, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., por intermédio de seus advogados *in fine* assinados, procuração anexa (**doc.1**), para propor, com fulcro no artigo 3º da Lei 6.194/74 e demais disposições aplicáveis à matéria presente

**AÇÃO DE RITO SUMÁRIO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT,**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço para notificações na Avenida Sport Clube do Recife, nº 280 – 5º andar, sala 507 – Ilha do Leite - Recife – PE, CNPJ – 09248608/0001-04, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

**DA JUSTIÇA GRATUITA**

O requerente solicita a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, tendo em vista que o mesmo não possui condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família, razão pela qual apresenta sua declaração de insuficiência de recursos (**doc.2**).



## DO INTERESSE DE CONCILIAR

Declara a parte demandante de tem interesse de conciliar, está aberta a proposta de acordo por parte do réu. Porém dispensa a realização da audiência de conciliação e mediação.

Por se tratar de matéria que é necessário a realização de perícia médica, pleiteia pelo encaminhamento da parte autora para a realização da mesma, sendo a única forma de quantificar o dano suportado pelo autor.

## DO PEDIDO LIMINAR

Considerando que o requerente, por meio de seus advogados infra assinados, vem solicitar complemento de indenização do Seguro DPVAT, que obteve saldo em solicitação administrativa.

No entanto entende que os valores recebidos foram muito abaixo daqueles que deveria auferir decorrente da lesão.

Considerando que a requerente, por meio de seus advogados infra assinados, vem solicitar complemento de indenização em decorrência de acidente de trânsito por debilidade permanente.

Requer que tal ação seja prontamente ao seu recebimento, seja **encaminhada PARA PERICIA NA PRÓPRIA VARA**, em conformidade com o convênio que existe entre o TJPE E A SUSEP, representada pela seguradora Líder, caso vossa excelência entenda necessário, para que com a maior brevidade possível venha a ser elucidado o pleito pretendido, uma vez que .

## DOS FATOS

O requerente estava conduzindo uma motocicleta nas imediações de Prazeres – Jaboatão dos Guararapes/PE em 08/04/2011, quando foi colidido por um veículo que freou bruscamente sem sinalizar causando desequilíbrio e queda, após o ocorrido foi encaminhado por populares para o Hospital de Fraturas, conforme Boletim de Ocorrência Policial (**doc.3**).

No referido hospital foi constatado **DEBILIDADE PERMANENTE EM MSD COM TRAUMA NO BRAÇO DIREITO + FRATURA DO FEMUR DIREITO**, conforme Documentos hospitalares (**doc.4**).

Entrando-se administrativamente perante a requerida, solicitando o pagamento do seguro obrigatório, que lhe era de direito, e mesmo a seguradora ré ciente da invalidez permanente do



requerente este recebeu a quantia de **R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, conforme programação de pagamento em anexo - datado de 03.09.2014 – o que não há de se falar em prescrição – **(doc.5)**.

Acontece que, pelas disposições legais, o valor devido do seguro é bem superior ao liberado pela seguradora, razão pela qual o requerente deseja receber o restante do seguro, o que lhe é de direito.

Vale salientar que a invalidez do requerente já foi atestada pela própria seguradora, vez que reconhecendo a incapacidade adquirida do requerente efetuou apenas parte do pagamento devido, mesmo sabendo que o valor efetivamente devido era bem superior.

## **DO DIREITO**

Em conformidade com o art. 3º da lei nº 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

**Art. 2º** Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea "I" nestes termos:

"Art. 20...I. Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não."

**Art. 5º** O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do seguro.

Vale ressaltar que acidentes desta natureza geram uma indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), apenas liberou a quantia de R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos), o que é um absurdo, já que restou o valor de R\$ 10.462.50 (dez mil quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Vale ainda salientar que a seguradora ré abusa de sua posição na relação obrigacional e não cumpre com a sua obrigação imposta em lei, tornando a efetivação do direito dos segurados do DPVAT cada vez mais difícil.

Ao descumprir uma obrigação legal, a seguradora ré torna um processo que deveria durar cerca de 30 dias, em um calvário que normalmente se estende por vários anos, fazendo com que pessoas acidentadas e extremamente debilitadas tenham que passar por constrangimentos por falta de dinheiro, já que sem condições de trabalhar e sem o dinheiro do seguro, que lhe é de direito, precisam pedir ajuda a terceiros e até contrair empréstimos a juros altíssimos. Além do constrangimento de ver o seu direito tolhido sem o menor escrúpulo e receber um valor bem inferior ao esperado.



Vale salientar que a seguradora ré sempre contesta as alegações dos demandantes informando que a quantia já liberada fora paga de acordo com a lesão atestada. No entanto, a simples afirmação não é suficiente, pois a seguradora nunca informa o procedimento realizado para chegar a tal conclusão, podendo-se afirmar que a mesma faz o pagamento de valores sem o menor sentido, razão pela qual vem a juízo impugnar os percentuais aplicados pela seguradora ré no âmbito administrativo do Seguro DPVAT.

Não merecendo prosperar qualquer SIMPLES alegação da seguradora ré de que realizou a liquidação do sinistro corretamente, tentando ludibriar o entendimento de vossa excelência e prejudicar o direito do demandante através de leis e tabelas, a menos que haja a comprovação cabal de que o exposto esteja subsumido ao presente caso.

## DO PEDIDO

Ante todo o exposto, requer:

1) Que seja concedido LIMINARMENTE que tal ação seja prontamente ao seu recebimento **encaminhada para perícia na própria vara.**

2) A citação da Requerida no endereço supra citado, para querendo, responder nos termos da presente ação sob pena de revelia e confissão.

3) Que seja julgado procedente o pedido, condenando a requerida ao Pagamento do Seguro Obrigatório - DPVAT, conforme determinado em lei, no valor de R\$ 10.462.50 (dez mil quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

4) A parte autora solicita, expressamente, no presente estágio processual, o Dr. Diego Medeiros Papariello, inscrito na OAB/PE sob o nº 29.143, como sendo aquele incumbido de receber as intimações dos ulteriores atos processuais, seja por meio do Diário da Justiça ou por carta. Desde já sito a Rua Floriano Peixoto, nº38, Edf. Vieira Cunha, Sala 137, São José, Recife – PE, TEL 31283323 como endereço para receber as intimações, notificações e demais atos processuais.

5) Aplicação de juros moratórios de 1% ao mês a partir da data do pagamento do seguro, com a condenação em honorários advocatícios em 20% do valor da causa.

6) Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, por ser o requerente pessoa pobre nos termos da Lei nº 1060/50.



## DAS PROVAS

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

Dá-se a causa o valor de R\$ 10.462.50 (dez mil quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) mais correção monetária do datado acidente (08/04/2011) e os juros moratórios a serem calculados a partir da citação válida.

Termos em que,

Pede deferimento.

Recife, 29 de junho de 2016.

Bruno de Araújo Sena

Diego Medeiros Papariello  
OAB-PE 29.143

OAB-PE 28.063

Camilla A. L. Tavares  
OAB-PE 33.336

Bruna R. G. S. Pires  
OAB-PE 35.807

Talita. F. de Souza OAB-PE 32.262



\*DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS

Eu Vinicius Albuquerque Marcelino

\_\_\_\_\_, brasileiro(a), portador do

RG 7.929.299-5DS/PE e CPF: 089.890.484-60

DECLARO, nos termos das Leis nº 7.115/1983 e 1060/50, para os devidos fins de que sou pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para custear as despesas judiciais, sem sacrifício do sustento meu e de minha família.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

Recife, 07 de outubro de 2014

Local e Data

Vinicius Albuquerque Marcelino

DECLARANTE







**Sena & Papariello**  
ADVOGADOS

**PROCURAÇÃO**

OUTORGANTE: Uinicius Albuquerque Marcelino  
RG 7.929.299-5 CPF 089.890.484-60 PROFISSÃO eletricista  
ESTADOCIVIL solteiro ENDEREÇO Rua Mg. Rabelo, nº 29,  
Ibura, Recife/PE

**OUTORGADOS:** BRUNO DE ARAÚJO SENA, brasileiro, advogado, solteiro, inscrito na OAB/PE 28.063-D e DIEGO MEDEIROS PAPARIELLO, brasileiro, advogado, solteiro, inscrito na OAB/PE – 29.143-D ambos com endereço profissional na Av. São Paulo, 123, sl.103, Jardim São Paulo, Recife-PE.

**PODERES:** Para o foro em geral, com cláusula “*ad judicium*”, para defender os interesses e direitos do outorgante, e ações e processos de qualquer natureza, até o final da decisão como autor, réu, assistente ou oponente, perante qualquer juízo, instância ou Tribunal, repartições, órgãos ou autarquias Federais, estaduais e Municipais, contra qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, em defesa dos legítimos interesses do outorgante, conferindo-lhe poderes ainda para confessar, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, desistir, renunciar e assinar, interpor recursos necessários, tomar vistas em processos, contestar qualquer ação, receber notificação e intimação, incluindo também os poderes da procuração “*ad negotia*”, a fim de requerer e fazer levantamento de valores creditados em favor do outorgante, através de alvará judicial, RPV ou Precatório, junto às instituições financeiras (CEF, Banco do Brasil S/A e outros), que façam referencia aos depósitos judiciais que os outorgados atuou como patrocinador da ação, podendo ainda pedir retenção de honorários advocatícios combinados de acordo com contrato de honorários, sem prejuízo dos honorários sucumbenciais, enfim requerer, assinar e praticar tudo o mais que se fizer necessário para o perfeito desempenho do mandato em conjunto ou separadamente, inclusive substabelecer com ou sem reserva de poderes que lhe são outorgados.

Recife, 07 de outubro de 2019

Uinicius Albuquerque Marcelino  
Outorgante

Av. São Paulo, n 123, Sl. 103, (Centro Empresarial São Paulo), Jardim São Paulo, Recife/PE,  
CEP:50910-250 F. 9648-4978 / 9656-5452





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SEÇÃO DE MUTIRÕES DE CONCILIAÇÃO DA CAPITAL

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Autor(a): Junícius Albuquerque Marcelino  
inscrito no CPF: 089.890.489-60, vem solicitar com respaldo  
no Art. Nº I da Instrução Normativa nº 8 do TJPE de 28.08.2013, publicada  
em: 30.08.2013, edição 160/2013, que os presentes autos que versam  
sobre Indenização de DPVAT, sejam remetidos imediatamente à Seção  
Seção Especializada de Mutirões de Conciliação a Capital, antes da  
distribuição para alguma das Varas Cíveis, para que o feito possa ser  
inserido em pauta de Mutirões de acordo com o cronograma anual da Seção.

Recife, 07 de outubro de 2014.

“DE ACORDO”:

Junícius Albuquerque Marcelino  
Autor(a)



Assunto **PROGRAMAÇÃO DE PAGAMENTO 03.09**  
De Danielle Barros <daniellesafeseg@outlook.com>  
Para jcymarcelodpvt@ig.com.br <jcymarcelodpvt@ig.com.br>  
Data 02/09/2014 14:51



**VITIMA: VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO**

**SINISTRO: 2013574575**

**SITUAÇÃO: PAGO: VALOR: R\$ 3.037,50**

**VITIMA: ELISANGELA XAVIER FERREIRA**

**SINISTRO: 2014523353**

**SITUAÇÃO: PAGO: VALOR: R\$ 675,00**

**VITIMA: ADEILDO PEREIRA DE LIMA**

**SINISTRO: 2014647856**

**SITUAÇÃO: PAGO: VALOR: R\$ 1.687,50**





Dr. (a) GABRIEL CAMPOS B. JUNIOR

Nome do Paciente : VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO  
Registro : 0130030 Prontuário : 000061829  
Convênio: AMERICA SAUDE/ENFER Matrícula 000462691  
Data de Nascimento : 18/06/1991 Idade: 19 anos  
Sexo: Masculino Tipo de Paciente: Urgência  
Profissão: AUXILIAR DE ELETRICISTA  
Data de Entrada: 08/04/2011 Hora de Entrada: 23:15

Recife, 09 de Abril de 2011

### Ficha de Atendimento Médico

HDA : PC VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO COM DOR EM BRACOS E COXA DIR

EXAME : DOR E DEFICIT FUNCIONAL EM BRACOS E COXA DIR

RADIOGRAFIAS : BRAÇO  
COXA

LAUDO : BRACO  
RX BRACO ESQ > NORMAL  
RX BRACO DIR >NORMAL  
RX COXA >NORMAL

DIAGNOSTICO : CONTUSOES EM BRAÇO E COXA

PROCEDIMENTO :

MEDICAÇÃO : TEFLAN 40MG INJ

EVOLUÇÃO E/OU REAVALIAÇÃO :

DATA ALTA (REPOUSO) : \_\_/\_\_/\_\_

CID : CONT OMBRO E BRACO - S46

Dr.(a) GABRIEL CAMPOS B. JUNIOR  
CRM 15110-PE

Rua João Fernandes Vieira, 644  
Boa Vista (Parque Amorim) - Recife - PE  
Fone: (81) 3423.2399 - Fax: (81) 3423.2621  
E-mail: clinicafraturas@veloxmail.com.br



Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA / HONDA / NÃO INFORMADO** - Objeto apreendido: **NÃO** - Número de Série: **NÃO INFORMADO**

Cor: **VERMELHA** - Quantidade: **1 (UNIDADE)** - Valor Unitário: **(MOEDA NÃO INFORMADA)**

Placa: **HCS1356 (PERNAMBUCO / JABOATÃO DOS GUARARAPES)**  
Ano Fabricação/Modelo: **2004 / 2004** - Combustível: **GASOLINA**

**CAMINHÃO (VEÍCULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**, que estava em posse do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**

Categoria/Marca/Modelo: **CAMINHÃO / NÃO INFORMADO / NÃO INFORMADO** - Objeto apreendido: **NÃO** - Número de Série: **NÃO INFORMADO**

Cor: **NÃO INFORMADO** - Quantidade: **1 (UNIDADE)** - Valor Unitário: **(MOEDA NÃO INFORMADA)**

Placa: **NÃO INFORMADO (PERNAMBUCO / NÃO INFORMADO)**

Complemento / Observação

DECLARA A VITIMA QUE TRAFEGAVA EM SUA MOTO TORNADO, PLACA HCS1356, QUANDO UM CAMINHÃO CARREGADO DE TIJOLO PAROU BRUSCAMENTE NA VIA CAUSANDO ENTÃO A COLISÃO DA MOTO DA VITIMA COM ELE. ALESA A VITIMA QUE FOI SOCORRIDO POR UM TAXISTA QUE O LEVOU PARA O HOSPITAL DE FRATURAS NO DERBY.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

*Vinicius Albuquerque Marcelino*  
VINICIUS ALBUQUERQUE  
MARCELINO  
(VITIMA)

B.O. registrado pelo policial: **JOSE CUSTODIO DA SILVA JUNIOR** - Matrícula: **272927-7**

<http://ww8.sds.pe.gov.br:8080/pernambuco/VisualizaBO.do?idUn=109&idOc=4014151...> 02/09/2013





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLICIA DA 019A. CIRCUNSCRICAO - PRAZERES

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 13E0109007100

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 02/09/2013 às 17:58

**ACIDENTE DE TRANSITO COM VITIMA NAO FATAL - Culposo (Consumado)** que aconteceu no dia 8/4/2011 no período da Noite

Fato ocorrido no endereço: **BAIRRO DE PRAZERES (BAIRRO), 1, ENFRETE A VITARELLA - Bairro: PRAZERES - Município: JABOATÃO DOS GUARARAPES - Estado: PERNAMBUCO - País: BRASIL**  
Local do Fato: **VIA PUBLICA - Polícia: NAO INFORMADO**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:  
**DESCONHECIDO (AUTOR AGENTE)**

**VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO (VITIMA)**

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

**VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): DESCONHECIDO**

**VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO**

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

**(VITIMA) - VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO (presente ao plantão) - Sexo: Masculino**  
**Mãe: ARLIAN CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE SA; Pai: JOSE HAROLD MARCELINO Data de Nascimento: 18/6/1991;**  
**Naturalidade: PAUDALHO / PERNAMBUCO / BRASIL**

**Documentos: PASSAPORTE (RG), 0685848460 (CPF) Estado Civil: NAO INFORMADO; Escolaridade: NAO INFORMADO;**  
**Profissão: ELETRICISTA; Telefone de Contato: NAO INFORMADO; Telefone Celular: NAO INFORMADO**  
**Endereço Residencial: BARRIO DE UR DE (BAIRRO), 24, RUA MARQUES RABELO, 55000-000, UR-DE, JABOATÃO DOS GUARARAPES, PERNAMBUCO, BRASIL.**  
**Endereço Comercial: NAO INFORMADO**  
**Dados Comerciais: NAO INFORMADO**

**(AUTOR AGENTE) - DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: Desconhecido**  
**Mãe: NAO INFORMADO, Pai: NAO INFORMADO Data de Nascimento: NAO INFORMADO; Naturalidade: NAO INFORMADO / NAO INFORMADO**

**Estado Civil: NAO INFORMADO; Escolaridade: NAO INFORMADO; Profissão: NAO INFORMADO; Telefone de Contato: NAO INFORMADO; Telefone Celular: NAO INFORMADO**  
**Endereço Residencial: NAO INFORMADO**  
**Endereço Comercial: NAO INFORMADO**  
**Dados Comerciais: NAO INFORMADO**

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

**MOTO TORNADO (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO, que estava em posse do(a) Sr(a): VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO**

<http://www8.adb.pe.gov.br:8080/pernambuco/VisualizaBO.do?idUn=109&idOc=4014151...> 02/09/2013

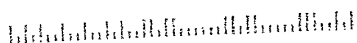


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS			
DETALHAMENTO		Nº 010041127457	
CENTRO NACIONAL DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS			
VEICULO	DATA DE REGISTRO	DATA DE EMISSÃO	LOCAL
1	02/02/1954	22/02/1954	1212
VINICULADO ALBUQUERQUE MARCHINGO			
JAB GUARARAPEU-PE		PECA	
CORREIO		CORREIO	
889.840.404-40	889.840.404-40	HCB1356	
PLACA		PLACA	
HCB1356	ANV	22/02/1954 49915492	
SERVIDOR		COMISSARIO	
FAB /MOTOCICLETA/		GASOLINA	
MOTOR VEICULO		MOTOR	
HONDA/XR 280 TORNAO		2004	
CORREIO		CORREIO	
22/249CL	SARTRE	TORNADO	
DATA DE REGISTRO		DATA DE EMISSÃO	
1		2	
P 1974 2015 QUITALO		*****	
V 1974 2015 QUITALO		*****	
A 1974 2015 QUITALO		*****	
CORREIO		CORREIO	
SEGURO PAGO		SEGURO PAGO	
RESERVA			
SEM RESERVA			
JAB GUARARAPEU			
22/01/54			
Maria de Fátima Bezerra de C. Costa			
Diretora-Precedente DIFERENÇA			



**CAIXA**

A vida pede mais que um banco



RECIBO DE PAGAMENTO  
DATA DE PORTABILIDADE: 04/06/2015  
VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO  
RUA MC FÁBIO NOVA IGUA  
54230161 RECIBO PE



0011007021668240000001042030040913





VALIDA EM TODOS  
OS ESTADOS DO BRASIL  
579948124

PROIBIDO PLASTIFICAR  
579948124

NOME  
VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF  
7929299 SDS PE

CPF  
089.890.484-60

DATA NASCIMENTO  
18/06/1991

RELACAO  
JOSE HAROLDO MARCELINO

ARLIAN CAVALCANTI DE  
ALBUQUERQUE SA

PERMISSAO  
ACC

CAT. HAB.  
RD

Nº REGISTRO  
75796376745

VALIDADE  
08/10/2017

HABILITACAO  
20/10/2009

OBSERVAÇÕES  
Exerce Ativ Remunerada

Assinatura: Vinicius Albuquerque Marcelino

LOCAL  
RECIFE - PE

DATA EMISSAO  
01/11/2012

Assinatura: [Assinatura]

55497564058  
PE049534319



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
 VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
 7929299 SDS PE

CPF  
 089.890.484-60

DATA NASCIMENTO  
 18/06/1991

FLUXÃO  
 JOSE HAROLDO MARCELINO

ARLIAN CAVALCANTI DE  
 ALBUQUERQUE SA

PERMISSÃO  
 ACC CAT. HAB.  
 AD

Nº REGISTRO  
 04786376725

VALIDADE  
 05/10/2017

1ª HABILITAÇÃO  
 20/10/2009

OBSERVAÇÕES  
 Exerce Ativ Remunerada

LOCAL  
 RECIFE - PE

DATA EMISSÃO  
 01/11/2012

ASSINATURA DO PORTADOR  
 VINICIUS ALBUQUERQUE MARCELINO

ASSINATURA DO EMISSOR  
 55497564058  
 PE049534319

PROIBIDO PLASTIFICAR  
 579948124

